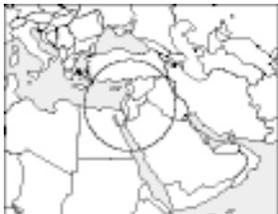


O muro das privações



Ao impor punições coletivas, confiscar e destruir propriedades privadas, demolir casas, tornar difíceis o acesso à saúde e à educação, separar famílias, anexar terras ocupadas e violar os direitos do povo palestino ao trabalho e à liberdade de movimento, Israel viola uma longa lista de direitos humanos, sociais, culturais e econômicos, assim como as leis internacionais.

Centro Bisan de Pesquisa e Desenvolvimento
Izzat Abdul Hadi / Nadya Engler

Seja uma cerca com tela de arame, muro de concreto, vala ou rolos de arame farpado, a barreira que está sendo construída por Israel em nome da segurança é certamente um “obstáculo”,¹ como a denomina as ordens militares israelenses. Com até 8 metros de altura e 100 metros de largura em algumas áreas, a fronteira física que Israel começou a construir em abril de 2002, e com a qual está cercando e isolando unilateralmente o povo palestino na Cisjordânia, é uma ameaça grave à população, que já sofre os efeitos da prolongada ocupação israelense. Essa barreira viola os direitos básicos de palestinos e palestinianas à sobrevivência, meios de vida, dignidade e liberdade – as principais preocupações globais definidas pela Comissão de Segurança Humana.

Em um relatório de abril de 2003, B'Tselem, o Centro pelos Direitos Humanos nos territórios ocupados, estimava que essa barreira “provavelmente causará danos *diretos* a pelo menos 210 mil palestinos e palestinianas, que vivem em 67 aldeias, vilas e

idades”.² Embora o muro seja um obstáculo tangível à segurança humana do povo palestino, é somente uma manifestação dos efeitos da ocupação ilegal, belicosa e humilhante da Cisjordânia e da Faixa de Gaza por parte de Israel. Sob o disfarce da luta contra o terrorismo e da segurança do Estado, a barreira viola os direitos fundamentais dos palestinos e palestinianas e promete encolher ainda mais a superfície de qualquer futuro Estado palestino.

Usurpação agressiva de terras

Aparentemente, o muro está sendo construído por Israel para impedir os ataques palestinos contra civis israelenses. Se essa construção tivesse realmente a ver com a segurança, teria sido erigida na fronteira de 1967 da Cisjordânia (a Linha Verde) ou teria sido estabelecida em terras israelenses, no lugar de criar uma nova fronteira física que influenciará as discussões futuras sobre soberania, sem qualquer negociação bilateral. Essa barreira não aumentará a segurança, porém estenderá o conflito. Sua construção leva o povo palestino a acreditar que a solução dos dois Estados não é mais viável.

No atual clima político, a solução de um só Estado provocará ressentimento entre extremistas dos dois lados, e Israel insti-

tucionalizará ainda mais um sistema de *apartheid*, com os enclaves palestinos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza funcionando como bantustões marginalizados – uma receita segura para a continuação da luta que ameaça a segurança das duas nações. É preciso deixar claro que essa barreira não é uma questão de segurança, mas sim uma usurpação agressiva de terras.

Embora Israel alegue que o “obstáculo” é uma medida temporária, os gastos, os esforços e a própria área de terra confiscada indicam o contrário. A maior parte das ordens militares israelenses relativas à barreira expira em 2005, porém esses documentos podem ser facilmente renovados. Ao emitir essas ordens militares temporárias, israelenses tornam desnecessários os complexos procedimentos jurídicos do confisco permanente de propriedade.³ Se a barreira fosse uma medida de segurança estrita, baseada no medo de ataques, seus limites e postos de controle seriam guardados muito mais rigorosamente.

A maioria dos homens-bomba suicidas entra em Israel por esses postos de controle militar.⁴ Quase diariamente, os jornais palestinos publicam fotografias de crianças, estudantes e pessoas idosas passando por cima das barreiras existentes perto de Jerusalém, com famílias caminhando penosamente em

1 Ver “Definitions”, Artigo 1º da “Israeli Defense Forces Order Concerning Security Directives (Judea and Samaria) (Number 378), 1970 Declaration in the Matter of Closing Territory Number s/2/03 (seam area) (Judea and Samaria), 2003”, que entrou em vigor em 2 de outubro de 2003. Disponível em: <www.nad-plo.org/hborders3.php>. Acesso em: 5 nov. 2004.

2 B'Tselem. “Behind the barrier: human rights violations as a result of Israel’s separation barrier”. Centro Israelense de Informação pelos Direitos Humanos nos Territórios Ocupados (B'Tselem), abril de 2003, p. 3. Os itálicos no texto citado estão no original. Disponível em: <www.btselem.org>.

3 Escritório da ONU para a Coordenação de Assuntos Humanitários. *The West Bank Wall: Humanitarian Status Report, July 2003 – Northern West Bank Trajectory*. Centro de Informação Humanitária nos Territórios Palestinos Ocupados, julho de 2003.

4 B'Tselem, op. cit., p. 29.

encostas lamacentas em áreas rurais, para evitar esses pontos de controle, muitas vezes sob as vistas de soldados ou de habitantes dos assentamentos.

Atualmente, o muro se desvia da Linha Verde, entrando na Cisjordânia até 7,5 quilômetros em algumas áreas. Se for concluída de acordo com o planejado, ela penetrará até 22 quilômetros.⁵ Nas áreas em que coincide com a Linha Verde, estão planejadas novas barreiras por vários quilômetros para o leste, ou seja, penetrando mais ainda no território palestino.⁶ O muro está projetado para recortar aproximadamente 975 quilômetros quadrados de área do território da Cisjordânia.

De fato, algo em torno de 16,6% da superfície da Cisjordânia, definida pelas fronteiras de 1967, vai se tornar uma entidade fisicamente separada, enquanto grande parte da zona restante permanecerá sob controle israelense – uma anexação de aproximadamente 50% da Cisjordânia. A própria barreira deixa um rastro de destruição, com a demolição de casas e pomares pelos tratores que limpam a área. Desde junho de 2003, 102.320 árvores foram arrancadas e, somente em uma única cidade, 86 edificações foram destruídas.⁷ Na área de Jerusalém, passará por cima de um cemitério palestino.

Uma grande prisão

Para israelenses, a “falta de transparência em relação ao trajeto da barreira é uma violação flagrante das regras da boa administração e prejudica o debate público informado sobre um projeto de longo prazo, de significado abrangente e que custa centenas de milhões de *shekels*”.⁸ Para o povo palestino, essa bar-

reira é outro passo que aumenta ainda mais seu deslocamento e que “causará mais sofrimento humanitário”.⁹ O muro está contribuindo para que mergulhem mais fundo na pobreza. Há provas de que, desde o outono de 2003, “mais 25 mil pessoas passaram a receber assistência alimentar como consequência direta da construção da barreira”.¹⁰ Sem acesso adequado, agricultores(as) separados(as) de suas terras correm o risco de perder suas colheitas, e pastores(as) precisam buscar novas áreas onde os animais possam pastar. O movimento de mercadorias e equipamentos fica restrito, e o acesso aos mercados se torna incerto. Com poucas esperanças de conseguir uma forma de vida sustentável na chamada “zona de costura”,¹¹ muitos palestinos e palestinas já pensam em abandonar suas terras, arriscando seu posterior confisco.

Israel tem imposto repetidamente punições coletivas à população civil palestina. Essas punições são administradas na forma de toques de recolher e restrições de movimento e, com frequência, terminam em morte ou ferimento de inocentes. A barreira é a última manifestação das punições coletivas e transformará efetivamente a Cisjordânia e partes de Jerusalém Oriental numa grande prisão de pessoas da Palestina. As Regulações da Convenção de Haia de 1907, aceitas pela Corte Suprema de Israel, proíbem explicitamente punições coletivas de residentes de territórios ocupados.¹²

Como afirma a Resolução A/RES/58/3 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), adotada em outubro de 2003, “o trajeto marcado para a barreira

em construção por Israel, o poder ocupante, nos territórios palestinos ocupados [...] poderia prejudicar negociações futuras e tornar a solução dos dois Estados fisicamente impossível de implementar”.¹³ O trajeto tem sérias implicações políticas. Ao “criar fatos consumados” difíceis de serem revertidos, muitas pessoas da Palestina temem que as terras da “zona de costura” corram o risco de serem expropriadas permanentemente por Israel, pois esse país “já expropriou terras por não serem adequadamente cultivadas ou de acordo com ordens militares”.¹⁴

O controle do “ouro azul”

As terras que correm perigo de desapropriação são estratégicas por causa de seus recursos (terras agrícolas férteis e acesso ao principal aquífero da área) e pelo potencial que oferecem para expansão dos assentamentos israelenses. Um membro do Grupo de Hidrologia Palestino escreveu: “A aparição da barreira não foi uma surpresa, mas a concretização da teoria e dos esforços de Israel, nas últimas décadas, para controlar o vital Aquífero Ocidental. A barreira tornará a zona do aquífero inacessível ao povo palestino, garantindo que Israel controle a quantidade e a qualidade das águas”.¹⁵ É esse Aquífero Ocidental que fornece a água necessária (também chamada de “ouro azul”) para as terras agrícolas mais férteis do povo palestino.

A barreira infringe o direito à liberdade de movimento, garantido no artigo 13 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e no artigo 12 do Acordo Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos. Os enclaves que ficaram fora da barreira, porém não dentro

9 A/ES-10/248, op. cit., p. 6.

10 Ibidem.

11 B'Tselem. “No início de outubro de 2003, o Comando Central OC ordenou que a área entre a barreira de separação no setor norte da Cisjordânia e a Linha Verde fosse área militar fechada por um período de tempo indeterminado. Essa área é conhecida como ‘zona da costura’ (*seam area*).” Disponível em: <www.btselem.org/English/Separation_Barrier/Enclaves.asp>. Acesso em: 5 nov. 2004.

12 Pengon, op. cit., p. 80.

13 Resolução A/RES/58/3 da Assembleia Geral da ONU, “Illegal Israeli actions in occupied East Jerusalem and the rest of the occupied Palestinian territory”, 21 de outubro de 2003.

14 A/ES-10/248, op. cit., p. 6.

15 Abdel Rahman Al Tamimi, Grupo Palestino de Hidrologia. “Theory into practice into final implementation: the wall’s path is based on ultimate control over Palestinian water resources”. Pengon, op. cit., p. 163.

5 Informe do secretário-geral preparado para a Resolução ES-10/13 da Assembleia Geral das Nações Unidas, A/ES-10/248, 24 de novembro de 2003, p. 3.

6 B'Tselem, op. cit., p. 7.

7 Rede Palestina de ONGs Ambientalistas (Pengon). *Stop The Wall in Palestine: facts, testimonies, analysis, and call to action*. Jerusalém, junho de 2003, p. 28 e 32-33.

8 B'Tselem, op. cit., p. 8. Aproximadamente, US\$ 1,00 equivale a 4,4 *shekels* israelenses.

de Israel – as “zonas de costura” –, foram designados como zonas militares fechadas no dia 2 de outubro de 2003. Palestinos e palestinas maiores de 16 anos que residem nesses enclaves agora precisam de autorização escrita específica para permanecer em seus lares; se desejarem entrar numa dessas áreas, necessitam de permissão especial emitida por um comando militar israelense.¹⁶ Estima-se que cerca de 400 mil palestinos e palestinas ficarão “trancados” nesses enclaves fechados, quando a barreira estiver concluída.

Ao longo dos 720 quilômetros projetados de barreira, há um número proporcionalmente pequeno de “portões” ou “passagens” designados como pontos de cruzamento. Não há garantia de que as permissões sejam concedidas ou, se emitidas, sejam aceitas na prática. Atualmente, esses “portões” são abertos somente em intervalos muito curtos, muitas vezes por 15 minutos, e não seguem nenhum horário fixo, tornando quase impossível o acesso, em tempo hábil, a serviços de saúde e de educação, assim como aos empregos.

O sistema de autorizações militares está pondo em risco o acesso das crianças e profissionais de ensino às escolas, de agricultores e agricultoras a suas colheitas, de doentes ao atendimento de saúde e de toda a população a seus locais de trabalho, sem falar no acesso aos recursos familiares, sociais, culturais ou comerciais. Como tradicionalmente as famílias palestinas se preocupam com a honra e a segurança das mulheres, preferindo que elas não viajem muito longe para chegar à escola ou ao trabalho, essa barreira está tendo efeitos negativos sobre a educação e o emprego das mulheres.

Até agora, a maioria das pessoas residentes da “zona de costura” tem recebido autorizações, embora elas precisem ser renovadas em intervalos de um a três meses. Porém, poucas pessoas que residem fora dessas áreas conseguem permissão para

entrar, sem que tenham um motivo.¹⁷ Um informe assinala que os soldados que guardam os portões na barreira têm negado acesso de pastores(as) a seus próprios pastos, alegando que não têm permissão especial para suas cabras.¹⁸

O que fazer?

Talvez, por causa de suas proporções desconhecidas, essa barreira tenha se tornado um tema de preocupação internacional e gerado muitas críticas. Os movimentos de solidariedade estão atuando, com residentes locais, para protestar contra a barreira ou acompanhar essas pessoas aos campos ou às escolas do outro lado. Criaram-se *sites* na Internet e grupos de ativistas para seguir o avanço da barreira, monitorar o confisco de terras, realizar estudos de caso das pessoas afetadas e coordenar campanhas de *advocacy* e atividades que contribuam para deter a construção do muro, demolir o que já foi construído, devolver as terras confiscadas e indenizar as pessoas pela destruição e perda de propriedade.

A Rede Palestina de ONGs Ambientistas (Pengen, na sigla em inglês) tem liderado a campanha local contra a barreira, que recebeu apoio de todo o mundo. O trabalho contra a barreira está sendo coordenado pela Pengon e pela Rede de ONGs Palestinas, que contrataram cinco pessoas em tempo integral nas áreas de Qalqilia e Tulkarem para monitorar a barreira e administrar as relações com a mídia local e as atividades da campanha. O muro foi o tema principal das organizações palestinas que participaram do Fórum Social Mundial em Mumbai, em janeiro de 2004. A Autoridade Palestina ainda não tinha uma agenda clara para lidar com o tema, porém se preparou para o julgamento em Haia.

Em outubro de 2003, a Assembléia Geral da ONU adotou uma resolução exigindo que Israel “interrompesse e revertesse a construção da barreira nos territórios palestinos ocupados, incluindo Jerusalém Oriental e seus arredores”.¹⁹ A maioria dos membros (144) votou a favor, somente quatro votaram contra (Micronésia, Israel, Ilhas Marshall e Estados Unidos) e houve 12 abstenções. Em dezembro, a Assembléia Geral solicitou à assessoria da Corte Internacional de Justiça, com sede em Haia, que determinasse as consequências jurídicas da construção da barreira.²⁰ As audiências foram realizadas de 23 a 25 de fevereiro de 2004, e a Corte iniciou suas deliberações logo depois.²¹

Algumas medidas positivas

Embora a barreira continue sendo um obstáculo à paz, à segurança humana, às negociações reais e a um Estado palestino viável, é um tema que está começando a mobilizar diferentes setores da população palestina, numa época em que a maior parte da energia foi esgotada na Intifada Al Aqsa (o levante contra a ocupação). Apesar da insegurança e da incerteza que o povo palestino continua sentindo nas mãos de um ocupante hostil e sem ter um governo representativo, no último ano houve algumas medidas muito positivas.

A despeito das numerosas invasões, fechamento de áreas e toques de recolher, foram desenvolvidos programas substanciais de desenvolvimento e de resposta a emergências. Esses programas podem ser divididos em quatro áreas principais: manter e melhorar a prestação de serviços em diferentes setores; crescente trabalho de *advocacy*, tanto nacional como internacional; maior concentração na capacidade

19 A/RES/58/3, op. cit.

20 “Legal consequences of the construction of a wall in the Occupied Palestinian Territory” (Solicitação de uma opinião consultiva), Ordem, Corte Internacional de Justiça, 19 de dezembro de 2003.

21 Corte Internacional de Justiça. Disponível em: <www.icj-cij.org>.

17 A/ES-10/248, op. cit., p. 6.

18 Ver “A day in the North”, Pengon/Campanha contra o Muro do *Apartheid*, 10 de janeiro de 2004. Disponível em: <www.stophewall.org/latestnews/258.shtml>.

16 *Ibidem*. Ver também notas 1 e 11.

institucional; e, finalmente, o marcante debate público sobre as transformações e reformas democráticas. Alguns sucessos específicos de 2003 merecem menção: a conclusão da Avaliação Participativa da Pobreza Palestina, feita pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e pelo Ministério do Planejamento, e o programa do Welfare Consortium, de US\$ 36 milhões, para ajudar o desenvolvimento e estimular parcerias entre ONGs, setor público e setor privado.

Em 9 de julho de 2004, a Corte Internacional de Justiça concluiu que “a construção da barreira realizada por Israel, o poder ocupante, nos territórios palestinos ocupados, incluindo Jerusalém Oriental e arredores, e seu regime associado são contrários à lei internacional”.²² A opinião consultiva da Corte prossegue afirmando que Israel deve interromper a construção da barreira, desmantelar a estrutura existente e prover reparações por todos os danos. Além disso, essa opinião afirma que, em relação à barreira, os outros Estados estão obrigados “a não prestar ajuda ou assistência para manter a situação criada por essa construção” e que a ONU deve analisar como enfrentar as violações das leis internacionais por parte de Israel.²³ Em 20 de julho de 2004, a Assembléia Geral da ONU adotou resolução exigindo que Israel

acatasse a opinião consultiva da Corte Internacional de Justiça sobre a barreira.²⁴ Essas decisões fornecem uma ampla base para o trabalho de *advocacy* local e internacional.²⁵

Embora as decisões da Corte Internacional de Justiça e da Assembléia Geral da ONU tenham encorajado o povo palestino, reiterando o fato de que Israel tem cometido numerosas violações da lei internacional, especialmente a ocupação da Cisjordânia, da Faixa de Gaza e de Jerusalém Oriental, assim como tem reconhecido que a construção da barreira é uma usurpação de terras, essas decisões foram ignoradas pelo governo israelense, que as considerou parciais e infundadas. Israel questiona a legitimidade e a validade das leis internacionais, referindo-se ao testemunho palestino como uma “narrativa de quadrinhos de vítima e vilão” e acusando representantes da Palestina de tentarem impor uma “realidade virtual”.²⁶

Apesar de Israel ter concordado em revisar e modificar o trajeto de alguns trechos da barreira, continua a apropriar-se de terras diariamente e, recentemente, emitiu uma ordem de confisco de 200 *dunums*^{NT} de terras palestinianas em Beit Jala (14 de agosto de 2004), para continuar a construção da barreira.²⁷ O cotidiano da maioria da população continua a

piorar por causa dessa barreira. A campanha contra essa construção, tanto dentro como fora dos territórios palestinos ocupados, deve prosseguir. O povo palestino acredita que chegou o momento de todos os movimentos sociais e membros da sociedade civil, que acreditam numa paz justa na região, apoiarem as decisões da Corte Internacional de Justiça e da Assembléia Geral da ONU e trabalharem por sua implementação. Nesse contexto, solicitamos que estimulem seus governos a pressionar Israel para que cumpra a lei internacional e acabe com a ocupação ilegal da Cisjordânia, da Faixa de Gaza e de Jerusalém Oriental.

Embora a matança de civis nos dois lados deva ser condenada, é preciso desenvolver ações preventivas para monitorar e assegurar direitos de todas as partes envolvidas, sejam direitos humanos, civis, sociais, econômicos ou culturais. A barreira não dará segurança a Israel e continuará a violar os direitos do povo palestino. Enquanto há muita atenção concentrada na prevenção dos chamados ataques terroristas, pouco se fala das razões subjacentes: pobreza, desigualdade e opressão. Essas questões precisam ser compreendidas e enfrentadas, para garantir a segurança humana em todo o mundo. Para a população palestina, o passo imediato nesse processo está escrito na própria barreira: “Este muro deve cair”.²⁸ ■

24 Os 25 membros da União Européia votaram a favor da resolução, enquanto Israel e os Estados Unidos votaram contra, juntamente com Austrália, Ilhas Marshall, Micronésia e Palau. Camarões, Canadá, El Salvador, Nauru, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Tonga, Uganda, Uruguai e Vanuatu se abstiveram.

25 “Press Release GA/10248: General Assembly Emergency Session overwhelmingly demands Israel’s compliance with International Court of Justice advisory opinion”, 20 de julho de 2004. Disponível em: <<http://www.un.org/News/Press/docs/2004/ga10248.doc.htm>>. Acesso em: 16 ago. 2004.

26 “Tenth Emergency Special Session: illegal Israeli actions in occupied East Jerusalem and the rest of the occupied territories”. Declaração do embaixador Dan Gillerman, 16 de julho de 2004. 58ª Sessão da Assembléia Geral da ONU.

NT Um *dunum* equivale a mil metros quadrados.

27 “New confiscation orders for the Apartheid Wall in Beit Jala”. Pengon/Campanha contra o Muro do *Apartheid*, 15 de agosto de 2004. Disponível em: <<http://stopthewall.org/latestnews/722.shtml>>. Acesso em: 16 ago. 2004.

28 “This wall must fall”, pichação em inglês no muro.

22 “Summary of the advisory opinion of 9 July 2004”, Corte Internacional de Justiça, 10 de julho de 2004, Haia, p.13.

23 *Ibidem*, p. 14